



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

**1º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO nº 0166903-0/03

EMBARGANTE: Gelzy de Melo Ramos

EMBARGADO: Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

220

**EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITO DE PREQUESTIONAMENTO OPOSTOS CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO REGIMENTAL. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA. DECLARATÓRIOS REJEITADOS.**

- 5682
1. Verifica-se que os Embargos Declaratórios não constituem meio idôneo a elucidar seqüência de Indagações acerca de pontos de fato; e nem se prestam para ver reexaminada a matéria de mérito, ou tampouco para a aplicação de dispositivo legal ou ainda para obrigar o magistrado a renovar a fundamentação do decisório.
  2. É cediço que, incorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade e/ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o *decisum*, o que é inviável de ser revisado em sede de Embargos de Declaração, dentro dos estreitos contornos previsto no art. 535 do CPC.
  3. Outrossim, a jurisprudência é pacífica no sentido de que o julgador não é obrigado a analisar todas as alegações das partes, quando apenas uma ou algumas delas já tem força suficiente para formar o seu convencimento.
  4. O Grupo, por unanimidade de votos, rejeitaram-se os Embargos Declaratórios.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração nº 0166903-0/03, em que figuram como embargante Gelzy de Melo Ramos e como embargado Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco.

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Integrantes do 1º Grupo de Câmaras Cíveis do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos em rejeitar os Declaratórios, tudo em conformidade com a ementa, o relatório e o voto, que passam a integrar este aresto.

Recife, \_\_\_\_ de maio de 2010.

Des. Antenor Cardoso Soares Junior  
Relator



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

*Handwritten signature*

221

**1º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº: 0166903-0/03)**

**EMBARGANTE:** Gelzy de Melo Ramos

**EMBARGADO:** Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco

**RELATOR:** Des. Antenor Cardoso Soares Junior

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos de Declaração Interpostos contra acórdão de lavra do Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis desta Relatoria, que, nos autos do Agravo Regimental (proc. nº 0166903-0/02), negou provimento ao recurso por inexistência de fato novo capaz de ensejar nova discussão a respeito do tema.

O Embargante alega ser a decisão omissa vez que deixou de aplicar ao caso concreto os seguintes aspectos: controle do Judiciário, aplicação do princípio da inocência como garantia constitucional no processo administrativo disciplinar militar, ampla defesa, verificação do excesso de penalidade, bem como adoção dos princípios constitucionais da razoabilidade e proporcionalidade.

Assim, pleiteia pelo acolhimento do presente recurso, provendo-o com efeitos infringentes para o fim de reformar o referido acórdão, no sentido de manter a sentença do juízo *a quo*. Requer ainda, caso não seja reformada a decisão neste sentido, seja acolhido o presente recurso para efeito de pré-questionamento da matéria ora ventilada.

Contra-razões apresentadas em fls. 74-76 pugnano pela rejeição dos presentes declaratórios.

Eis o breve relatório. Passo a decidir.

**VOTO**

Analisando os argumentos aduzidos pelo ora Embargante, tenho que os mesmos não merecem prosperar, eis que além de as questões ora esposadas na petição dos Embargos Declaratórios serem as mesmas apresentadas na Ação Mandamental (proc. nº 0166903-0), não restou demonstrado nos autos dos Embargos Declaratórios qualquer comprovação de omissão do acórdão ora vergastado, uma vez que este se encontra suficientemente fundamentado de acordo com o que se reputou concernente ao conflito. Desta forma, os fundamentos expostos na referida decisão são suficientes a embasá-la.

Outrossim, a jurisprudência é pacífica no sentido de que o julgador não é obrigado a analisar todas as alegações das partes, quando apenas uma ou algumas delas já tem força suficiente para formar o seu convencimento.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

82  
Cry

222

Diante disso, verifico que o Acórdão ora atacado pelos Embargos Declaratórios **não** se encontra elivado de quaisquer dos vícios ensejadores da oposição de Embargos, uma vez que as alegadas omissões tratam-se, na verdade, de um inconformismo com o teor da decisão ora embargada.

Assim sendo, é cediço que, inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade e/ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o *decisium*, o que é inviável de ser revisado em sede de Embargos de Declaração, dentro dos estreitos contornos previsto no art. 535 do CPC.

Ainda assim, quanto à pretensão alternativa de Embargos para fins de prequestionamento, constato não merecer guarida o pleito autoral, uma vez que mesmo nesses casos, os aclaratórios devem ser embasados em hipótese de omissão, contradição ou obscuridade - **o que não se verifica na hipótese em tela, pois os pontos relevantes para o deslinde da questão foram objeto de exame e decisão, consoante exposto no julgado ora combatido**, que se baseou em firme jurisprudência, não se mostrando necessário, como se sabe, que o órgão julgador verse acerca de todas as alegações apresentadas pelas partes, afinal o julz não está obrigado a responder todas as alegações dos litigantes, **quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por eles e tampouco responder um a um todos os seus argumentos** (RJTJESP 115/207).

Destarte, verifico que o Embargante pretende com a Interposição da presente peça recluir a rediscutir a matéria, objeto da ação principal, o que **não** se admite por meio de Embargos Declaratórios, que substancialmente se prestam a desfazer obscuridades ou ambigüldades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no aresto.

Em face do exposto, voto pelo **não acolhimento** dos presentes Embargos Declaratórios para que seja mantido o acórdão proferido por este Colendo Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis do TJPE, no bojo do Agravo Regimental n. 0166903-0/02.

É como voto.

Recife, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

  
Des. Antenor Cardoso Soares Junior  
Relator